

SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PE

Estudo Técnico Preliminar 4/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 08654.002766/2026-93

2. Equipe de Planejamento da Contratação

PORTARIA SPRF-PE/PRF Nº 92, DE 18 DE MARÇO DE 2026

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
PEDRO FELIPE DE JESUS GOMES DE MATOS	1540737	Integrante Requisitante
KARINE CRISTIANE MAGALHÃES DE AMORIM	2163655	Integrante Técnico
SAMARA LINS DO NASCIMENTO	2246766	Integrante Administrativo

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NULOG-PE	PEDRO FELIPE DE JESUS GOMES DE MATOS

4. Descrição da necessidade

3.1 A necessidade final a ser atendida é o suprimento de materiais de consumo (café e açúcar) para a Sede da Polícia Rodoviária Federal no Pernambuco e suas Unidades Operacionais e Administrativas, conforme o Documento de Formalização da Demanda 15/2026 (SEI! 72192076).

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Abaixo são especificados os requisitos indispensáveis de que o objeto a adquirir deve dispor para atender à demanda, incluindo padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa; incluindo critérios e práticas de sustentabilidade, consoante o Guia Nacional de Contratações Públicas (SEI! 72307086), no que for aplicável a cada item da licitação.

5.1.1. Os bens deverão atender os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)

5.1.1.1. Outros requisitos constarão no Edital e anexos.

6. Levantamento de Mercado

6.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

6.2. De acordo com o PARECER REFERENCIAL n. 00007/2023/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU (SEI! 72307225):

106. Uma vez identificada a necessidade administrativa, o próximo passo é buscar soluções que tenham o potencial de atendê-la. Não se trata, portanto, de realizar estimativa de preços, e sim, estudar as práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, a fim de verificar se existe alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

107. O artigo 9º, III, “a” à “d” da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 indica algumas opções para realizar essa busca e o art. 12 estabelece que “os órgãos e entidades deverão pesquisar, no Sistema ETP Digital, os ETP de outras unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração.”.

108. Já o art. 44 da Lei nº 14.133, de 2021, determina que a Administração promova a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, de modo a indicar a alternativa que se revelou mais vantajosa no caso concreto. Neste ponto, ressalte-se que a vantajosidade deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, I e 18, VIII, da mesma lei.

109. Assim, essa prospecção e avaliação deverá ser realizada, ainda que leve à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa.

6.3. Assim, a Equipe de Planejamento da Contratação estudou as práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, e não encontrou nenhuma outra solução - além da aquisição do material - para atender a necessidade administrativa para este caso concreto, tampouco encontrou novas metodologias de contratação que pudessem gerar ganhos de produtividade ou economia para a Administração, considerando o objeto e o valor total estimado da presente contratação.

6.4. Além disso, a Equipe de Planejamento da Contratação pesquisou diversos ETP's de outros Órgãos, no Sistema ETP Digital, e identificou soluções semelhantes, a saber, aquisição de material, que se adequam à presente demanda da Administração.

6.5. De se ressaltar que não é cabível locação de bens neste caso concreto, pois trata-se de material de consumo (café e açúcar).

6.6. Portanto, a Equipe de Planejamento da Contratação chegou à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas (aquisição do material) em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa para o presente caso concreto.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução como um todo consiste na aquisição de bens para entrega imediata - assim considerada aquela com prazo de entrega de **até 30 (trinta) dias** da ordem de fornecimento - a fim de atender a necessidade de suprimento de material de consumo para o almoxarifado do órgão. Para a presente contratação, o prazo de entrega será de **5 (cinco) dias úteis** a contar da requisição pela Contratante; tal requisição ocorrerá após o fornecedor receber /aceitar a nota de empenho.

7.1.1. Caso o fornecedor não receba/aceite a nota de empenho, poderá ser responsabilizado pela infração prevista no art. 155,VI da Lei 14.133/2021, por não celebrar o contrato.

7.1.2. Caso o fornecedor receba/aceite a nota de empenho, mas não entregue o material, poderá ser responsabilizado pela infração prevista no inciso I, OU no inciso II OU no inciso III do art. 155, da Lei 14.133/2021.

7.2. A Equipe de Planejamento da Contratação julgou oportuno para a Administração realizar um pregão eletrônico com adoção do sistema de registro de preços a fim de atender a necessidade do órgão, por se entender conveniente a aquisição de dos bens com previsão de entregas parceladas. De acordo com o Decreto 11.462, de 31 de março de 2023:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial: [...] **II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa; [...]

7.3. Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A estimativa total das quantidades a serem contratadas constam no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE FORNECIMENTO	QUANTIDADE TOTAL
01	CAFÉ Apresentação: Torrado Moído , Tipo: Único , Torrefação: Ponto De Torra Média. 100% arábica	606523	pacote de 250 g	6.000
02	AÇÚCAR Tipo: Cristal , Coloração: Branca	603269	pacote de 1 Kg	1.650

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 118.684,05

9.1. Estimativa do valor total da contratação: **R\$ 118.684,05** (cento e dezoito mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e cinco centavos), conforme a TABELA abaixo:

ITEM	PARÂ-METRO	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID. FORNE-CIMENTO	QUANT. TOTAL	MÉDIA (R\$)	TOTAL (R\$)
01	I	CAFÉ Apresentação: Torrado Moído , Tipo: Único , Torrefação: Ponto De Torra Média. 100% arábica	606523	pacote de 250 g	6.000	18,3933	110.359,80
02	III	AÇÚCAR Tipo: Cristal , Coloração: Branca	603269	pacote de 1 Kg	1.650	5,0450	8.324,25
Valor Total da Pesquisa de Preço							118.684,05

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. De acordo com o PARECER REFERENCIAL n. 00007/2023/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU (SEI! 72307225):

122. Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021 [...]

123. Ocorre que o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos, descritos no §2º do dispositivo citado:

"§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

- I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;
- II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
- III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado."

124. Por outro lado, há situações em que a lei expressamente restringe a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme situações descritas no mesmo art. 40, em seu parágrafo terceiro:

- "§ 3º O parcelamento não será adotado quando:
- I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
 - II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
 - III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

10.2. Considerando o acima exposto referente à aplicação do princípio do parcelamento no tocante à presente compra, a Equipe de Planejamento da Contratação entendeu NÃO haver necessidade de que a licitação seja feita/parcelada por localidade/município, já que o material deverá ser entregue em um ÚNICO endereço, conforme caput da tabela abaixo.

TABELA 01 - LOCAL DE ENTREGA: SEDE PRF, na Av. Antônio de Góes, 820 - Pina - Recife/PE - CEP: 50010-000

ITEM	PARÂ-METRO	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID. FORNE-CIMENTO	QUANT. TOTAL	MÉDIA (R\$)	TOTAL (R\$)
01	I	CAFÉ Apresentação: Torrado Moído , Tipo: Único , Torrefação: Ponto De Torra Média. 100% arábica	606523	pacote de 250 g	6.000	18,3933	110.359,80
02	III	AÇÚCAR Tipo: Cristal , Coloração: Branca	603269	pacote de 1 Kg	1.650	5,0450	8.324,25
Valor Total da Pesquisa de Preço							118.684,05

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. A Equipe de Planejamento da Contratação não encontrou contratações correlatas e/ou interdependentes atualmente.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação está devidamente alinhada com o Planejamento das Contratações Anual (PCA 2025), conforme consulta feita no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), cujo documento será acostado aos autos do referido processo.

Id pca PNCP: 00394494010441-0-000016/2025

Data de publicação no PNCP: 09/04/2024

Id do item no PCA: 18(café) e 19(açúcar)

Identificador da Futura Contratação: 200113-3/2025(café) e 200113-3/2025(açúcar)

Classes/Grupos:

8955 - CAFÉ, CHÁ E CHOCOLATE 8925 - AÇÚCAR, CONFEITOS, CASTANHAS, NOZES E SIMILARES;

8925 - AÇÚCAR, CONFEITOS, CASTANHAS, NOZES E SIMILARES.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A Equipe de Planejamento da Contratação vislumbra os seguintes benefícios a serem alcançados com a contratação:

13.1.1. Otimização dos Recursos Administrativos: A aquisição de material de consumo garantirá um suprimento contínuo e adequado para as atividades diárias no órgão, promovendo a eficiência nos processos administrativos e evitando prejuízos por falta de materiais.

13.1.2. Ambiente de Trabalho Adequado: A garantia de estoque adequado de material de consumo contribuirá para a criação de um ambiente de trabalho mais organizado e produtivo, promovendo a eficácia nas tarefas cotidianas no órgão.

13.1.3. Atendimento às Necessidades Básicas: A inclusão de gêneros alimentícios na contratação visa atender às necessidades básicas dos colaboradores, proporcionando um ambiente de trabalho mais acolhedor e atendendo às demandas de consumo diário no órgão.

13.1.4. Economia de Recursos Financeiros: A contratação planejada e eficiente desses materiais permitirá uma melhor gestão dos recursos financeiros, evitando desperdícios e garantindo que o orçamento seja alocado de maneira otimizada.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Considerando o inciso XI, art. 7º, da Instrução Normativa nº 40/2020, que dispõe sobre as providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, incluindo a capacitação de servidores, fiscalização e gestão contratual, e adequação do ambiente da organização, a Equipe de Planejamento da Contratações levantou as seguintes ações que poderiam ser implementadas pela Administração:

14.1.1. Capacitação de Servidores:

- a) Identificar os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato.
- b) Planejar e promover a capacitação desses servidores em aspectos específicos relacionados ao objeto do contrato, incluindo entendimento técnico e jurídico.

14.1.2. Elaboração de Manual de Fiscalização:

- a) Desenvolver um manual de fiscalização que forneça diretrizes claras e procedimentos específicos para a equipe encarregada de fiscalizar o contrato.

14.1.3. Adequação do Ambiente Organizacional:

- a) Verificar as condições físicas e operacionais do ambiente organizacional para garantir que estejam adequadas à execução do contrato.
- b) Realizar eventuais adaptações ou melhorias no ambiente, se necessário.

14.1.4. Definição de Responsabilidades:

- a) Estabelecer claramente as responsabilidades de cada ator envolvido na gestão e fiscalização do contrato, evitando lacunas ou sobreposições.

14.1.5. Desenvolvimento de Indicadores de Desempenho:

- a) Criar indicadores de desempenho que permitam a avaliação objetiva do cumprimento das obrigações contratuais, facilitando a gestão e a tomada de decisões.

14.1.6. Treinamento em Sistemas de Acompanhamento:

- a) Capacitar a equipe no uso de sistemas de acompanhamento e gestão contratual, se aplicável, para garantir um monitoramento eficaz.

14.1.7. Planejamento de Auditorias Internas:

- a) Planejar auditorias internas periódicas para avaliar a conformidade do contrato com as normas estabelecidas e identificar possíveis áreas de melhoria.

14.1.8. Estabelecimento de Comunicação Eficiente:

- a) Definir canais de comunicação eficientes entre a equipe de gestão contratual e os fornecedores, promovendo uma comunicação clara e ágil.

14.1.9. Atualização Jurídica:

- a) Manter a equipe jurídica atualizada sobre eventuais mudanças na legislação que possam impactar a execução do contrato.

14.1.10. Documentação e Arquivamento:

- a) Estabelecer procedimentos claros para a documentação e arquivamento de todos os registros relacionados à gestão e fiscalização do contrato.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Ao analisar a aquisição de materiais de consumo para o órgão, é importante considerar os possíveis impactos ambientais associados a essa contratação. Embora esses itens sejam geralmente de baixo impacto ambiental, é crucial estar ciente de alguns aspectos. Eis algumas considerações:

15.1.1. Material de Consumo:

- a) Uso Sustentável: Priorizar a aquisição de materiais de consumo certificados como sustentáveis ou reciclados, promovendo práticas de compra verde.
- b) Embalagens: Avaliar o impacto das embalagens dos materiais e, sempre que possível, escolher opções com embalagens sustentáveis ou que possam ser recicladas.

15.1.2. Transporte:

- a) Logística Sustentável: Avaliar as opções de transporte para minimizar as emissões de carbono, priorizando fornecedores locais ou que tenham práticas logísticas sustentáveis.

15.1.3. Gestão de Resíduos:

- a) Descarte Adequado: Implementar práticas de descarte adequado de resíduos, promovendo a reciclagem e a redução de resíduos enviados para aterros sanitários.

15.1.4. Conscientização Interna:

- a) Educação Ambiental: Promover programas de conscientização ambiental entre os colaboradores, destacando a importância da gestão sustentável dos materiais adquiridos.

15.1.5. Avaliação do Ciclo de Vida:

- a) Análise de Impacto: Realizar uma avaliação do ciclo de vida dos produtos adquiridos para entender melhor os impactos ambientais desde a produção até o descarte.

15.1.6. Economia Circular:

- a) Reutilização: Promover a reutilização de materiais sempre que possível, reduzindo a demanda por novos recursos.

15.1.7. Política de Compras Sustentáveis:

- a) Integração de Critérios Ambientais: Incluir critérios ambientais nas políticas de compras, incentivando a escolha de produtos e fornecedores com práticas sustentáveis.

15.2. Ao abordar essas considerações, a Administração pode contribuir para uma abordagem mais sustentável em suas operações, minimizando potenciais impactos ambientais associados à aquisição de café e açúcar.

15.3. Para a presente contratação, a Equipe de Planejamento da Contratação não vislumbrou impacto ambiental relevante, especialmente considerando a natureza e quantidade do objeto.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA SPRF-PE/PRF Nº 92, DE 18 DE março DE 2026

PEDRO FELIPE DE JESUS GOMES DE MATOS

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 11:47:18.

Despacho: PORTARIA SPRF-PE/PRF Nº 92, DE 18 DE março DE 2026

KARINE CRISTIANE MAGALHAES DE AMORIM

Integrante Técnico

Despacho: PORTARIA SPRF-PE/PRF Nº 92, DE 18 DE março DE 2026

SAMARA LINS DO NASCIMENTO

Integrante Administrativo

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.